

MATRIZ DE AVALIAÇÃO PARA JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

Documento: PQ-000-V.2						Elaborado em: 16/05/2023		
Elaborado por: Comissão Interna de Chamamento Público								
UNIDADE: Hospital Estadual de Santa Helena de Goiás Dr. Albanir Faleiros Machado - HERSO								
NOME DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL: INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO- INDSH								
NT: FA.1 + FA.2+ FA.3		Nota FA.1: Área de Atividade =		Nota FA.2: Área de Qualidade =		Nota FA.3: Qualificação Técnica =		
		Máximo 20 pontos		Máximo 20 pontos		Máximo 60 pontos		
( ) Classificada				( ) Desclassificada				
OBS: só será classificada a OS que tiver pontuação mínima de 50% de cada área avaliada, SENDO F1 ≥ 10, F2 ≥ 10 e F3 ≥ 30, totalizando pontuação mínima de 50 pontos.								
FA.1 – Área de atividades: Avalia a adequação da proposta de organização dos serviços e execução das atividades assistenciais à capacidade operacional da Unidade. São referentes aos instrumentos demonstrados a seguir:			Pontuação Total: 20 pontos		Página da Proposta	JUSTIFICATIVA DA AVALIAÇÃO		
			Pontuação Máxima por item	Nota Atribuída		Referência / Fonte	Requisitos Mínimos Avaliados	Observações
	Implantação de fluxos individualizada ao perfil da unidade de saúde (A forma de apresentação será considerada levando-se em conta a clareza e entendimento do fluxo)	Fluxos operacionais compreendendo circulação em áreas restritivas, externas e internas	02 pontos	0,3	51 a 62	<a href="https://ferramentasdaqualidade.org/fluxograma/">https://ferramentasdaqualidade.org/fluxograma/</a>  RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002 do ms ( <a href="https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2002/res0050_21_02_2002.html">https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2002/res0050_21_02_2002.html</a> ) ; em conformidade com a ABNT NBR 9050	Apresentação dos fluxos mapeados	Proposta genérica, sucinta, incoerente e insuficiente. Não apresentou Fluxos operacionais compreendendo circulação em áreas restritivas, externas e internas. Abordou definições de area interna, restritas, paciente interno Pronto Atendimento e internado, acompanhantes, visitantes e colaboradores., ao invés dos fluxos de circulação. Nota-se fuga ao tema com a abordagem sobre isolamento e precauções, rotinas de alta, movimentação do paciente e orientações pós-obito. Apresentou Fluxograma apenas de Identificação do Usuário, autorização de acompanhantes e visita fora do horário, retorno de usuários internos em até 15 dias, não atendendo ao que foi solicitado no item.
		Fluxo unidirecional para materiais esterilizados/roupas	02 pontos	1	63 a 74	RDC nº 15, de 15 de março de 2012 do MS. ( <a href="https://www.sindhoesg.org.br/resolucao-%C2%96-rdc-anvisa-no15-de-15-de-marco-de-2012/">https://www.sindhoesg.org.br/resolucao-%C2%96-rdc-anvisa-no15-de-15-de-marco-de-2012/</a> )		Apresentou somente um fluxograma unidirecional da CME genérico. Já para rouparia apresentou fluxos genricos com a compreensão comprometida devida a má qualidade da impressão. Proposta sem personalização e insuficiente.
		Fluxo unidirecional de residuos de serviço saúde	02 pontos	1	75 a 85	RDC nº 306/04 da ANVISA e a resolução nº 358/05 do CONAMA ( <a href="https://www.cevs.rs.gov.br/upload/arquivos/201612/15135807-res-306.pdf">https://www.cevs.rs.gov.br/upload/arquivos/201612/15135807-res-306.pdf</a> ) ; Manual Gerenciamento dos Residuos de Serviços de Saúde ANVISA -2006	1.Segregação; 2.acondicionamento; 3.classificação; 4.transporte interno; 5.local de armazenamento (temporário e externo); 6.transporte externo e destinação final; 7.quantificação das lixeiras	Proposta genérica, apenas com abordagem das definições das etapas. Não foi elaborado Fluxo unidirecional de residuos personalizados para unidade pleiteada.
		Implantação de Logística de Suprimentos	01 ponto	0,8	89 a 124	<a href="https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-de-diretoria-colegiada-rdc-n-430-de-8-de-outubro-de-2020-282070593">Diretrizes sobre Boas Práticas de Distribuição e Armazenamento de Medicamentos e RDC 430/2020 ( https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-de-diretoria-colegiada-rdc-n-430-de-8-de-outubro-de-2020-282070593)</a>	Áreas segregadas (recebimento, armazenamento);  Atividades de conferência, separação, reposição e distribuição, processos de  limpeza e segurança do ambiente, controle de temperatura e umidade	Apresentou documentação sobre gestão de suprimentos descrevendo: formas de aquisição,armazenamento, distribuição especifica critérios para medicamentos (serviços de farmácia) de forma fundamentada, questões sobre: aquisição, qualificação/avaliação de fornecedores e pagamento. Não apresenta ações de planejamento e controle. Traz texto e fluxogramas.
		Proposta para Regimento Interno da Unidade	01 ponto	0,25	pags 125 a 138	<a href="https://www.gov.br/anvisa/pt-br/acessoainformacao/institucional/arquivos/manual_ri_anvisa.pdf">Manual de boas práticas para elaboração de Regimento Interno ANVISA - 2020 ( https://www.gov.br/anvisa/pt-br/acessoainformacao/institucional/arquivos/manual_ri_anvisa.pdf)</a>	Deve conter na sua estrutura: Da Natureza, Sede e Finalidade; Da Estrutura Organizacional; Das Competências das Unidades; Das Atribuições dos Dirigentes; Do patrimônio e das receitas; e Disposições Gerais.	Apresentado às pags 125 a 138 a proposta de um manual contendo a descrição de alguns setores e não a proposta de um regimento

FA.1.1 Organização das atividades individualizadas para o estabelecimento/unidade de saúde	Implantação de gestão	Proposta para Regimento do Serviço Multiprofissional	01 ponto	0,25	pags 139 a 147	<a href="#">Manual Brasileiro de Acreditação, subseção 1.5, número 9</a>	O Regimento compreende a um documento onde estão descritos o conjunto de normas e regras definidas para regulamentar a atuação dos profissionais, considerando as diversas situações do cotidiano atreladas às funções e determinações dos respectivos conselhos de classes e garantindo alinhamento às políticas institucionais. Contempla as recomendações de atuação e limites éticos de cada profissional, respeitando os códigos de ética de seu respectivo conselho de classe.	Apresentado às pags 139 a 147 a proposta de um Manual com a descrição de alguns setores e não a proposta de um regimento multiprofissional.
		Proposta de Projeto de Tecnologia da Informação com vista ao controle gerencial da Unidade e melhoria do atendimento ao usuário	01 ponto	0,25	Pags 148 a 159	<a href="#">Manual Brasileiro de Acreditação, Subseção 1.7: Gestão da Tecnologia e Segurança da Informação</a>	Apresenta atividades relacionadas à segurança das informações em meio físico e digital, contemplando coleta, processamento, armazenagem, distribuição de informações, controle e manutenção da infraestrutura tecnológica apropriada ao perfil e complexidade da organização.	Apresentado às pags 148 a 159 uma proposta de projeto, porem não com a forma de projeto, não contemplando cronograma com planejamento da implementação nem custos. Também não foram apresentados os recursos de hardware.
		Proposta para Regimento do Corpo Clínico	01 ponto	1	pags 160 a 168	<a href="#">Manual Brasileiro de Acreditação, subseção 1.5, número 9</a>	O Regimento compreende a um documento onde estão descritos o conjunto de normas e regras definidas para regulamentar a atuação dos profissionais, considerando as diversas situações do cotidiano atreladas às funções e determinações dos respectivos conselhos de classes e garantindo alinhamento às políticas institucionais. Contempla as recomendações de atuação e limites éticos de cada profissional, respeitando os códigos de ética de seu respectivo conselho de classe.	Apresentado às pags 160 a 168 a Proposta para Regimento do Corpo Clínico.
	Implantação de Processos	Proposta de manual de protocolos assistenciais	02 pontos	1,5	170 a 183	<a href="#">Organização Mundial da Saúde : 6 Protocolos Básicos de Segurança do Paciente</a>	A definição dos protocolos devem ser baseados no perfil de atendimento e o acompanhamento através de ferramentas de medição de adesão/efetividade. Protocolos clínicos gerenciados baseados no conhecimento científico atual e no perfil epidemiológico, risco ou custo dos pacientes atendidos: com objetivo na serurança do paciente.	Descreve a sistematização/operacionalização dos protocolos assistenciais contemplando: hist[orico, diagnóstico, prescrição de enfermagem, , sistematização da assistencia de enfermagem, metodologia de classificação e classificação de riscos assitenciais. Não descreve objetivos, responsabilidades, aprovação e nem indicadores de desempenho. Relaciona risco de queda e administração de medicamentos.
						<a href="#">Manual Brasileiro de Acreditação, subseção 1.1, número 4</a>		
						<a href="#">RDC 36/2013</a>		
						<a href="#">Port.599/2013-MS</a>		
		Proposta de manual de rotinas para administração financeira e gestão de custos	02 pontos	2	pags 184 a 197	<a href="#">Manual Brasileiro de Acreditação, subseção 11, número 12</a>	A política de Gestão Financeira é um compromisso, por escrito, que define um conjunto de diretrizes e ações pertinentes a organização Financeira, utilizadas como subsídio para otimização do desempenho e sustentabilidade da organização. Esta politica deve estabelecer minimamente: • gestão orçamentária de acordo com as diretrizes estratégicas e demandas operacionais;critérios para orientar as decisões de alocação de recursos; • acompanhamento periódico do desempenho financeiro; • gestão de custos; • gestão de contratos; • gestão do patrimônio; • planejamento e monitoramento financeiro definindo critérios de orientação para as decisões de alocação de recursos;sistema financeiro eficaz usado para registrar e rastrear receitas e despesas passadas, atuais e projetadas e posições financeiras;	Apresentado às pags 184 a 197 Proposta de manual de rotinas para administração financeira e gestão de custos
							1.Programa de Necessidades; 2. Estudo Preliminar;	

	Incrementos de Atividades	Proposição de Projetos Assistenciais de Saúde e/ou Sociais dentro do custeio previsto para a unidade e/ou Sociais	05 pontos	3	198 a 205	<a href="#">Regulamento Técnico para Planejamento, Programação, Elaboração e Avaliação de Projetos Físicos de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde - Biblioteca Virtual em Saúde, MS</a>	3. Projeto Básico: detalhamento para definição e quantificação dos materiais, equipamentos e serviços relativos ao empreendimento. AS propostas devem conter no mínimo: objetivos/metas, contextualização e informar previsão de custos.	E DENGUE; 5. CAPACITAÇÃO PROFESSORES PRIMEIROS SOCORROS; 6.PRODUÇÃO ORGANICA DE ALIMENTOS; 7. NATAL SOLIDARIO; 8. REDUÇÃO DE VITIMAS DE ACIDENTE DE TRANSITO; 9.MINI PALESTRAS HABITOS SAUDÁVEIS; 10. PALESTRANTES GRATUITAS. Todos os projetos apresentaram: objetivos, contextualização, mas não apresentaram plano de trabalho e nem cronograma; os custos não foram informados como ação sem custo ou dentro do custeio previsto no edital. Não foi apresentado levantamento demonstrando as necessidades da unidade de saúde para os projetos apresentados ou se os mesmos são factíveis as rotinas e estrutura da unidade de saúde pretendida, a exemplo projeto saude do homem/saude da mulher.
TOTAL DE PONTOS FA.1:				11,35				
FA.2 – Área de Qualidade: Avalia medidas da proposta de trabalho para implantação de comissões. São referentes aos instrumentos demonstrados a seguir:			Pontuação Total: 20 pontos		Página da Proposta	JUSTIFICATIVA DA AVALIAÇÃO		
			Pontuação Máxima por item	Nota Atribuída		Referência/ Fonte	Requisitos Mínimos Avaliados	Observações
	Comissão de Ética Médica	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,50 ponto	0,5	211/216	<a href="#">-Lei 3268 de 30 de setembro de 1957 Dispõe sobre Conselho de Medicina; -Resolução CFM N° 2217 DE 27/09/2018 aprova o cod de ética médica RESOLUÇÃO CFM N° 2.152/2016 Estabelece normas de organização, funcionamento, eleição e competências das Comissões de Ética Médica dos estabelecimentos de saúde</a>	Apresentar portaria de Instituição com membros, atividades e cronograma	
	Comissão de Ética em Enfermagem	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,50 ponto	0,5	217/221	<a href="#">Res. 593/2018 - Normatizar a criação e funcionamento das Comissões de Ética de Enfermagem-CEE nas Instituições com Serviço de Enfermagem.</a>	Apresentar portaria de Instituição com membros, atividades e cronograma (Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual)	
	Comissão de Biossegurança	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,50 ponto	0,5	222/230	<a href="#">Lei 11.105 de 24/03/2005 - Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória nº 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 16 da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências.</a>	Apresentar portaria de Instituição com membros, atividades e cronograma (Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual)	
	Comissão de Controle de Infecção Hospitalar	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,50 ponto	0,5	231/240	<a href="#">PORTARIA N° 2616, DE 12 DE MAIO DE 1998 Programa de Controle de Infecção Hospitalar</a>	Considerando as determinações da Lei nº 9431 de 6 de janeiro de 1997, que dispõe sobre a obrigatoriedade da manutenção pelos hospitais do país, de Programa de Controle de Infecções Hospitalares. (Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual)	
	Comissão de Análise e Revisão de Prontuários	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,50 ponto	0,25	241/243	<a href="#">Res CFM nº 1821 de 11 de julho de 2007 Aprova as normas técnicas concernentes à digitalização e uso dos sistemas informatizados para a guarda e manuseio dos documentos dos prontuários dos pacientes, autorizando a eliminação do papel e a troca de informação identificada em saúde.</a>	Aprova as normas técnicas concernentes à digitalização e uso dos sistemas informatizados para a guarda e manuseio dos documentos dos prontuários dos pacientes, autorizando a eliminação do papel e a troca de informação identificada em saúde. (Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual)	
	Comissão de Verificação de Óbitos	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,50 ponto	0,5	244/249	<a href="#">RESOLUÇÃO N° 2.171, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017Regulamenta e normatiza as Comissões de Revisão de Óbito, tornando-as obrigatórias nas instituições hospitalares e Unidades de Pronto Atendimento (UPA).</a>	Regulamenta e normatiza as Comissões de Revisão de Óbito, tornando-as obrigatórias nas instituições hospitalares e Unidades de Pronto Atendimento (UPA). (Proposta de Constituição (membros, finalidade),	Faltou regimento interno

	Interno e Cronograma de Atividade Anual				<a href="https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-sudeste/hu-uffj/governanca/superintendencia/comissoes-obrigatorias/ResolucaoCFMComissodebito.pdf">https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-sudeste/hu-uffj/governanca/superintendencia/comissoes-obrigatorias/ResolucaoCFMComissodebito.pdf</a>	Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual)	
Comissão de Residência Médica (COREME)	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,50 ponto	0,5	373/387	<a href="#">Lei No 6.932, de 7 de julho de 1981.</a>	Considerando as determinações da Lei nº 9431 de 6 de janeiro de 1997, que dispõe sobre a obrigatoriedade da manutenção pelos hospitais do país, de Programa de Controle de Infecções Hospitalares. (Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual)	
Comissão de Residência Multiprofissional (COREMU)	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,50 ponto	0,5	388/407	<a href="#">LEI Nº 11.129, DE 30 DE JUNHO DE 2005.</a>	CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nº s 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. Dispõe sobre as atividades do médico residente e dá outras providências. (Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual)	
Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,4 ponto	0,4	250/261	<a href="https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&amp;numero=14457&amp;ano=2022&amp;ato=77eETVqSkMZpWT26e">https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&amp;numero=14457&amp;ano=2022&amp;ato=77eETVqSkMZpWT26e</a> <a href="#">Ministério do Trabalho e Emprego - Portal Gov. br</a>	(Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual)	
Serviço Especializado em Engenharia de Segurança em Medicina do Trabalho	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,4 ponto	0,4	262/268	<a href="https://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/nr/nr4.htm">https://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/nr/nr4.htm</a> PORTARIA N.º 3.214, 08 DE JUNHO DE 1978 (DOU de 06/07/78 - Suplemento) “Aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho”	“Aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho”	
Comissão de Documentação Médica e Estatística	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de atividades Anual	0,4 ponto	0,4	269/272	<a href="#">LEI Nº 13.787, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018.</a> Dispõe sobre a digitalização e a utilização de sistemas informatizados para a guarda, o armazenamento e o manuseio de prontuário de paciente. <a href="#">LEI Nº 13.787, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018</a> dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural..	Dispõe sobre a digitalização e a utilização de sistemas informatizados para a guarda, o armazenamento e o manuseio de prontuário de paciente.  Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.	
Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,4 ponto	0,4	273/277	<a href="https://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html">https://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html</a> <a href="https://www.conselho.saude.gov.br/Web_comissoes/conep/arquivos/CNS%20%20Norma%20Operacional%20001%20-%20conep%20finalizada%2030-09.pdf">https://www.conselho.saude.gov.br/Web_comissoes/conep/arquivos/CNS%20%20Norma%20Operacional%20001%20-%20conep%20finalizada%2030-09.pdf</a>	(Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual)	
Equipe Multiprofissional de Terapia Nutricional (EMTN)	Proposta de Constituição (membros, finalidade),	0,4 ponto	0,4	278/284	<a href="#">NORMA TÉCNICA PARA ATUAÇÃO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM EM TERAPIA NUTRICIONAL.</a>	Norma Técnica que dispõe sobre a Atuação da Equipe de Enfermagem em Terapia Nutricional.	
	Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual				<a href="#">RESOLUÇÃO COFEN Nº 0453/2014</a>	Aprova Norma Técnica que dispõe sobre a atuação de equipe Enfermagem em Terapia Nutricional.	
Comissão de Proteção Radiológica	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,4 ponto	0,4	285/288	<a href="#">Norma 3.01 CNEM e Diretrizes básicas de Proteção Radiológica</a>	O objetivo desta Norma é estabelecer os requisitos básicos de proteção radiológica das pessoas em relação à exposição à radiação ionizante.	
	Proposta de Constituição (membros, finalidade)				<a href="#">RDC 272 222 - GERENCIA DE REGULAMENTAÇÃO E CONTROLE.</a> <a href="#">RDC 272 222 comentada</a>	Todo serviço gerador deve dispor de um Plano de	

**FA.2.1 Qualidade Objetiva:**  
Avalia medidas da proposta de trabalho para implantação de comissões

Comissão de Resíduos de Serviços de Saúde	(membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,4 ponto	0,4	289/295	<a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm</a>  <a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm">RDC 306/2004 e https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm</a>	Gerenciamento de RSS (PGRSS), observando as regulamentações federais, estaduais, municipais ou do Distrito Federal.			
Comitê Transfusional	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,4 ponto	0,4	296/300	<a href="#">PORTARIA Nº 158, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2016 Redefine o regulamento técnico de</a>  <a href="#">RDC Nº 34, de 11 de junho de 2014 - Ministério da Saúde</a>	O Comitê Transfusional (CT) é um grupo de profissionais de diferentes especialidades responsável pela definição e avaliação contínua da prática hemoterápica e pela hemovigilância, num serviço de saúde (BRASIL, 2016). De acordo com a Portaria do Ministério da Saúde, nº158 de 4 de fevereiro de 2016 Art. 12. "Toda instituição de assistência à saúde que realiza transfusão de sangue e componentes sanguíneos comporá ou fará Transfusional. § 1º É competência do Comitê Transfusional o monitoramento da prática hemoterápica na instituição de assistência à saúde visando o uso racional do sangue, a atividade educacional continuada em hemoterapia, a hemovigilância e a elaboração de protocolos de atendimento da rotina hemoterápica.			
Núcleo de Qualidade e Segurança do Paciente (NQSP)	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,4 ponto	0,4	301/308	<a href="#">RDC36/2013 Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências</a>  <a href="#">PORTARIA Nº 529, DE 1º DE ABRIL DE 2013 Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP).</a>	Segundo a RDC nº. 36/2013, o NSP é "a instância do serviço de saúde criada para promover e apoiar a implementação de ações voltadas à segurança do paciente", consistindo em um componente extremamente importante na busca pela qualidade das atividades desenvolvidas nos serviços de saúde			
Núcleo de Vigilância Epidemiológica Hospitalar	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,4 ponto	0,4	309/314	<a href="#">PORTARIA GM/MS Nº 1.694 - Brasil SUS DE 23 DE JULHO DE 2021 Institui a Rede Nacional de Vigilância Epidemiológica</a>	O perfil Epidemiológico, geralmente é traçado por meio de questionários personalizados abordando questões como hábitos de vida, doenças prévias e histórico familiar, por exemplo. Dados complementares podem ser conseguidos de outras maneiras, como análise de internações, utilização de consultas e declarações de saúde.			
Comissão Interna de Qualidade	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,4 ponto	0,4	315/323	<a href="#">ISO 9001:2015</a>  <a href="#">PORTARIA Nº 3.390, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013 Institui a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecendo-se as diretrizes para a organização do componente hospitalar da Rede de Atenção à Saúde (RAS).</a>	A Comissão de Avaliação Interna da Qualidade tem como atribuição a condução dos processos de avaliação interna da instituição, de sistematização e de prestação das informações aos gestores, monitoramento dos indicadores assistenciais, monitoramento dos indicadores assistenciais. Esses indicadores estão ligados a diversos processos como assistência de enfermagem, protocolos gerenciados entre outros como, por exemplo, a incidência de lesão por pressão, índice de flebite, tempo porta ECG etc. Além dos indicadores de Gestão Administrativa da Unidade.			
Comissão de Prevenção e Cuidados com Integridade da Pele	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,4 ponto	0,4	324/330	<a href="#">PROTOCOLO PARA PREVENÇÃO DE ÚLCERA POR PRESSÃO</a>  <a href="#">Manual de boas práticas da ANVISA</a>	A regulamentação do Programa Nacional de Segurança do Paciente trouxe progresso ao sistema de notificação ao tornar compulsória a notificação de eventos adversos relacionados à assistência, inclusive no que se refere à notificação de lesão por pressão. Papel da Comissão.			
Comitê de Gerenciamento dos Pacientes com Risco para Longa Permanência Hospitalar	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,4 ponto	0,4	331/333	<a href="#">PORTARIA Nº 2.809, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012 Estabelece a organização dos Cuidados Prolongados para retaguarda à Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE) e às demais Redes Temáticas de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).</a>  <a href="#">Ferramentas que possibilitam que o protocolo hospitalar tem por objetivo garantir o atendimento antecipado ao paciente por meio da identificação dos sinais de deterioração clínica.</a>	A internação de Longa Permanência compreende o período superior há 30 dias em que um paciente permanece em um leito hospitalar. Devendo portanto ser monitorado pelo comitê de gerenciamento de riscos, utilizando ferramentas como as escalas de News, Meows (Morbidade materna) e Pews (tratamento pediátrico, de 0 a 16 anos) e outras.			

Núcleo Interno de Regulação (NIR)	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,4 ponto	0,3	334/343	<a href="#">PORTARIA Nº 3.390, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013 Institui a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecendo-se as diretrizes para a organização do componente hospitalar da Rede de Atenção à Saúde (RAS).</a> <a href="#">PORTARIA Nº 1.559, DE 1º DE AGOSTO DE 2008 Institui a Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde - SUS.</a>	O Núcleo Interno de Regulação – NIR é um serviço que possibilita o monitoramento do paciente desde a sua chegada à instituição, durante o processo de internação e sua movimentação interna e externa, até a alta hospitalar.	Cronograma incompleto.
Comissão de Acidentes com Material Biológico (CAMB)	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,4 ponto	0,4	344/350	<a href="#">Classificação de risco de Agentes biológicos</a> <a href="#">PORTARIA Nº 1.914, DE 9 DE AGOSTO DE 2011 Aprova a Classificação de Risco dos Agentes Biológicos elaborada em 2010, pela Comissão de Biossegurança em Saúde (CBS), do Ministério da Saúde.</a>	<a href="#">LEI Nº 11.105, DE 24 DE MARÇO DE 2005</a> <p>Desde sua criação, o objetivo da CBS é definir estratégias de atuação, avaliação e acompanhamento das ações ligadas à Biossegurança de forma a ter o melhor entendimento entre o Ministério da Saúde com órgãos e entidades relacionadas ao tema. As principais atribuições dessa Comissão são: participar e acompanhar nos âmbitos nacional e internacional, da elaboração e reformulação de normas de biossegurança; proceder ao levantamento e análise das questões referentes à biossegurança, visando identificar seus impactos e suas correlações com a saúde humana; propiciar debates públicos sobre biossegurança, por intermédio de reuniões e eventos abertos à comunidade; estimular a integração de ações dos diversos órgãos do Sistema Único de Saúde (SUS), nas questões de biossegurança em saúde; e assessorar, nas atividades relacionadas à formulação, à atualização e à implementação da Política Nacional de Biossegurança.</p>	
Comissão de Padronização de Produtos para Saúde	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,4 ponto	0,4	408/421	<a href="#">SIGTAP - Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos ...</a> <a href="#">Portaria GM/MS nº 2.848, DE 06 de Novembro de 2007</a> <a href="https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/produtos-para-a-saude/manuais/manual-de-pre-qualificacao-de-artigos-medico-hospitalares.pdf/view">https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/produtos-para-a-saude/manuais/manual-de-pre-qualificacao-de-artigos-medico-hospitalares.pdf/view</a>	Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS Publica a Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais - OPM do Sistema Único de Saúde. Item 04: Descreve finalidade, deveres e relações com profissionais, usuários e administração da unidade de saúde.	
Comissão de Processamento de Produtos de Saúde (CPPS)	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,4 ponto	0,4	369/372	<a href="#">Resolução RDC nº 15, de 15 de março de 2012, Anvisa</a>	(Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual)	
Comissão de Análise de Óbitos Maternos, Fetais e Neonatais	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,4 ponto	0,4	422/428	<a href="#">Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher</a> <a href="#">Portaria nº 1.130, de 5 de agosto de 2015 - Ministério da Saúde</a> <a href="#">PNAISC — Ministério da Saúde - Portal Gov.br</a>	(Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual)	
Comissão de Farmácia e Terapêutica	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,4 ponto	0,4	351/357	<a href="#">Resolução Nº. 338, de 06 de maio de 2004 - Ministério da Saúde</a> <a href="#">Farmácia Hospitalar - CFF</a>	Estabelece a Política Nacional de Assistência Farmacêutica Descrever orientações quanto: objetivos, composição e competências da comissão de farmácia e terapêutica	
						Composição básica: pelo menos, 1 representante da	



	Comitê de Compliance	Proposta de Constituição (membros,finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,2 ponto	0,2	358/362	<u>O Programa de Integridade ou Compliance é oriundo das previsões contidas na lei 12.846 /2013 também conhecida como lei anticorrupcao, posteriormente regulamentada pelo decreto nº 8.420 de 18 de março de 2015. LEI Nº 12.846, DE 2013.</u> <u>COMISSÃO DE COMPLIANCE</u>	área de Gestão de Pessoas, 1 do Jurídico, 1 de Compliance e 1 da Auditoria Interna. Com as seguintes atividades básicas: mplantar um código de ética na organização; destacar aos colaboradores o fortalecimento institucional que ocorre sempre que seus membros agem dentro dos padrões de conduta da empresa — o que pode ser feito por meio de campanhas de endomarketing; idealizar a realização de programas de treinamento e conscientização, com conteúdos específicos para cada um dos setores (Jurídico, Contabilidade, Vendas etc.); buscar meios de capacitar os tomadores de decisão para que todas as suas ações estratégicas sejam adotadas dentro de padrões éticos, morais e legais; promover um clima ético na organização, enaltecendo valores intangíveis — como honestidade, lisura e justiça — como essenciais ao trabalho de todos.	
	Outras Comissões	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,2 ponto	0,2	0,1	Apresentação de documentação a depender da particularidade da unidade de saúde, conforme Política Nacional de Saúde em questão, contendo os requisitos básicos descritos pelo MS.	Descrever orientações quanto: objetivos, composição e competências da comissão	Trouxe somente a Comissão intra-hospitalar de doação de órgãos e tecidos para transplantes - CIHDOTT (363/368).
FA.2.2 Qualidade Subjetiva: Avalia medidas de promoção da relação humana e apoio social na comunidade interna e externa do Hospital : Acolhimento e Atendimento	Acolhimento	Manual com indicação das formas de notificação, recepção, orientação social e apoio psicossocial aos usuários e acompanhantes na emergência conforme Classificação de Risco.	02 pontos	1,5	443/448 451/463	<u>Manual Brasileiro de Acreditação, subseção 2.3, número 8</u>	Apresenta metodologia para avaliação de pacientes que procuram o serviço para identificar suas necessidades de saúde. Aqueles com necessidades emergentes, urgentes ou imediatas são priorizados para avaliação e tratamento.	Não indica as formas de notificação.
		Instrução com definição de horários, critérios e medidas e controle de risco para as visitas aos usuários	02 pontos	1	449/450 464/473	<u><a href="https://www.gov.br/saude/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/humanizassus/rede-humanizassus/humanizassus_documento_gestores_trabalhadores_sus.pdf">https://www.gov.br/saude/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/humanizassus/rede-humanizassus/humanizassus_documento_gestores_trabalhadores_sus.pdf</a></u>		Apresenta horário de visita para UTI pediátrica e Neo (pág. 467), m
	Atendimento	Proposta de implantação de orientações quanto às formas de acomodação e conduta para os acompanhantes, Proposta de formas de acomodação e conduta para os acompanhantes, com ênfase aos de usuários idosos, crianças, adolescentes e portadores de necessidades especiais conforme previsão da legislação vigente	02 pontos	0,5	464/473	<u>Manual Brasileiro de Acreditação, subseção 1.4, número 1</u>	A organização possui uma sistemática estabelecida, com canais divulgados para recebimento das manifestações dos pacientes/acompanhantes, classifica por criticidade com foco na segurança do paciente. Analisa o que ocorreu e o que precisa ser feito para melhorar e responde ao paciente/acompanhante sobre as providências tomadas para a melhoria. As manifestações englobam, por exemplo, os pedidos de informações, sugestões, reclamações, elogios e denúncias, incluindo aquelas recebidas por meio de contatos informais.	Não pleiteia na proposta as formas de acomodação para os acomp
		Proposta de implantação de ouvidoria vinculada a SES, com pesquisa de satisfação.	02 pontos	1	472/479	<u><a href="https://www.gov.br/saude/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/humanizassus/rede-humanizassus/humanizassus_documento_gestores_trabalhadores_sus.pdf">https://www.gov.br/saude/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/humanizassus/rede-humanizassus/humanizassus_documento_gestores_trabalhadores_sus.pdf</a></u>		Traz uma proposta de implantação de ouvidoria, mas faltou indicar
TOTAL DE PONTOS FA.2:				15,65				
FA.3 – Qualificação técnica: Avalia a capacidade gerencial da proponente ou do corpo diretivo quanto a administrar um hospital e conduzir as ações assistenciais com bom nível de desempenho, com equipe titulada nas áreas afins:			Pontuação 20 pontos		Página da Proposta	JUSTIFICATIVA DA AVALIAÇÃO		
			Pontuação Máxima por item	Nota Atribuída		Referência/ Fonte	Requisitos Mínimos Avaliados	Observações
	Experiência da Organização Social em Saúde ou de seus gestores na gestão de hospitais por quantidade igual ou superior a 200 leitos	05 pontos	5	ANEXO VIII: 505 a 518	Apresentação de documentação, conforme edital		Hospital Delphina Rinaldi Abdel AZIZ: 362 leitos. Consulta realizada no site CNES (http://cnes.datasus.gov.br/), em 14/11/23.	
	Experiência da Organização Social em Saúde ou de seus gestores na gestão de hospitais por quantidade igual ou superior a 100 leitos e inferior a 200 leitos	04 pontos	4	ANEXO VIII: 519 a 523	Apresentação de documentação, conforme edital		Hospital Regional de Sorriso: 147 leitos. Consulta realizada no site CNES (http://cnes.datasus.gov.br/), em 14/11/23.	

FA.3.1 Experiência Anterior em Gestão Hospitalar da proponente ou de seu corpo diretivo	Experiência da Organização Social em Saúde ou de seus gestores na gestão de hospitais por quantidade igual ou superior a 50 leitos e inferior a 100 leitos	03 pontos	3	ANEXO VIII: 526 a 527	Apresentação de documentação, conforme edital		Hospital Regional Publico de Marajo: 70 leitos. Consulta realizada no site CNES (http://cnes.datasus.gov.br/), em 14/11/23.
	Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) ativo e regular na área da saúde, com proposta de aplicação do recurso na unidade hospitalar, com anuência posterior da SES/GO	04 pontos	4	482	Apresentação de documentação, conforme edital		CEBAS com validade pelo período de 01/01/2021 a 31/12/2023 (PORTARIA 764 de 20 de outubro de 2022).
	Certificado de Acreditação – ONA, Joint Comission International, Qmentum da Canadá Accreditation International obtidos pela unidade hospitalar durante a gestão da OSS proponente	03 pontos	3	483. ANEXO X: 539 a 546	Apresentação de documentação, conforme edital		HOSPITAL JEAN BITTAR: Validade: 12/2024. Consulta realizada no site https://www.ona.org.br/, em 14/11/23. HOSPITAL DELPHINA RINALDI ABDEL AZIZ: Validade: 1/2024. Consulta realizada no site https://www.ona.org.br/, em 14/11/23.
FA.3.2 Estrutura e experiência da Diretoria	Apresentação de organograma da unidade, com definição das competências de cada membro do corpo diretivo	02 pontos	2	484 a 488	<a href="https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/2016/2147_2016.pdf">https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/2016/2147_2016.pdf</a>	representação gráfica da forma como a empresa se divide hierarquicamente, demonstrando os cargos existentes na instituição	Apresentou organograma com descrição das competências das diretorias: Executiva, Técnica, Clínica e Operações.
					<a href="https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2011/1980">https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2011/1980</a>		
					<a href="#">Fundação Getúlio Vargas</a>		
	Titulação de especialistas em administração hospitalar dos membros da diretoria e coordenações (cada profissional poderá obter no máximo 0,5 ponto)	04 pontos	4	ANEXO XI: 557, 566, 578, 589, 603, 612, 613, 622, 647	Apresentação de documentação, conforme edital		Cristiano Oliveira (MBA EM GESTÃO HOSPITALAR): 0,50 José Batista (ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR): 0,50 Lilian Rosana (ESPACIALIZAÇÃO EM GESTÃO HOSPITALAR): 0,50 Claudia Cristina (ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO HOSPITALAR): 0,50 Giovanni Luis (MBA ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR): 0,50 Rejane Xavier (ESPECIALIZAÇÃO GESTÃO E LOGÍSTICA HOSPITALAR ; MBA ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR): 0,50 Cledes Silva (ESPECIALIZAÇÃO ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE): 0,50 Rodrigo Frohlich: apresentou certificado de BACHAREL em administração e não certificado de wspecialização em gestão em saúde: por isso não pontuou José Luiz Gasparini (ESPECIALIZAÇÃO GESTÃO DE HOSPITAIS UNIVERSITARIOS SUS): 0,50
	Experiência mínima de 1 ano da Diretoria da Organização Social em Saúde (lotados na unidade) no gerenciamento de Unidade Hospitalar (cada Diretor poderá obter no máximo 0,5 ponto)	03 pontos	2,5	490; ANEXO XII: 649 a 696	<u>RESOLUÇÃO CFM nº 2.147/2016 - Estabelece normas sobre a responsabilidade, atribuições e direitos de diretores técnicos, diretores clínicos e chefias de serviço em ambientes médicos</u>	Estabelece normas sobre a responsabilidade, atribuições e direitos de diretores técnicos, diretores clínicos e chefias de serviço em ambientes médicos	José Batista: não apresentou experiência em unidade hospitalar e sim em centro de reabilitação, por isso não pontuou. Lilian Rosana: não apresentou experiência em unidade hospitalar e sim em UPA, por isso não pontuou. Claudia Cristina (DIRETORA EXECUTIVA): 0,50 Giovanni Luis (DIRETOR EXECUTIVO): 0,50 Rejane Xavier (DIRETORA EXECUTIVA): 0,50 Cledes Silva (DIRETOR EXECUTIVO): 0,50 Rodrigo Frohlich (DIRETOR ADMINISTRATIVO): 0,50
FA.3.3 Implementação de Serviços e funcionamento da Equipe Interdisciplinar	Apresentação de quadro de pessoal médico por área de atenção compatível com as atividades propostas no plano de trabalho	02 pontos	1,5	491 a 506	Apresentação de documentação, conforme edital		No quadro de pessoal médico apresentado não há médicos para ambulatório como também o especialista bucomaxilo
	Protocolos de enfermagem (rotinas por nível de qualificação dos profissionais) nas áreas de ambulatório e urgência	02 pontos	0,5	492 a 506	<a href="#">Manual Brasileiro de Acreditação, subseção 2.3, número 2</a>	Apresenta o método de dimensionamento das equipes multidisciplinares, demonstra a padronização e dimensionamento de materiais e equipamentos conforme perfil da unidade.	Não apresentou os protocolos de enfermagem para as áreas citadas. Apresentou a dinâmica das rotinas para o atendimento ao paciente, descreveu a avaliação do grau de complexidade para classificação dos cuidados ao paciente e a classificação de risco assistenciais .
	Protocolos assistenciais de atenção médica e rotinas operacionais para os serviços de maior complexidade na medicina como nas emergências e unidades de terapia intensiva de adulto	02 pontos	0,5	207 a 531	<a href="#">Manual Brasileiro de Acreditação, subseção 2.3, número 2</a>	Apresenta o método de dimensionamento das equipes multidisciplinares, demonstra a padronização e dimensionamento de materiais e equipamentos conforme perfil da unidade.	Apresentou fluxogramas de algumas rotinas operacionais para serviços de emergências, Escalas de Escores. para UTI apenas critérios para admissão em UTI. Protocolos assistenciais de atenção médica não foi apresentado.
					<a href="#">Portaria nº 44/GM/MS, de 10 de janeiro de 2001 - Ministério da Saúde</a>	Aprovar no âmbito do Sistema Único de Saúde a modalidade de assistência - Hospital Dia	Apresentado algumas rotinas do ambulatório e internação e



FA.3.4 Implementação de Serviços e funcionamento da Equipe Interdisciplinar	Protocolos assistenciais de atenção médica e rotinas operacionais para os ambulatórios, hospital dia e enfermarias, destaques para os plantões e sobreavisos	02 pontos	0,5	532 a 594	<a href="#">Portaria N° 3.390, de 30 de dezembro de 2013 - Ministério da Sa de</a>	Institui a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecendo- se as diretrizes para a organização do componente hospitalar da Rede de Atenção à Saúde (RAS)	Apresentado algumas rotinas do ambulatório e internação e poucos protocolos assistenciais de atenção médica de forma generalizada sem caracterizar a personalização das áreas citadas. Não foi apresentado os plantões médicos para cada área como também plantões de sobreavisos.
	Proposta para convênio de cooperação técnica com entidades de ensino para desenvolvimento de estágio curriculares, treinamentos em serviços, residências e estágios	01 ponto	0,25	Pags 438	<a href="#">Portaria Interministerial N° 2.400, DE 02 DE OUTUBRO DE 2007 Estabelece os requisitos para certificação de unidades hospitalares como Hospitais de Ensino.</a>		Apresentado às pags 438 texto descrevendo iniciativa de Proposta para convênio de cooperação técnica com entidades de ensino paradesenvolvimento de estágio curriculares, treinamentos em serviços, residências e estágios, com UFPA, UEPA e IBSP, porém não apresentou modelo de Convênio
	Apresentação de título stricto sensu na área de gestão em saúde dos indicados para a gestão da unidade, com documento comprobatório de interesse do titular	01 ponto	0		Apresentação de documentação, conforme edital	Apresentou mesmo ANEXO XI que refere-se a especialização.	Não apresentou
	Protocolos de enfermagem (rotinas por nível de qualificação dos profissionais) nas áreas de internação/enfermarias, UTI, CME e bloco cirúrgico	01 ponto	0,2	597 a 608	<a href="#">RESOLUÇÃO - RDC N° 15, DE 15 DE MARÇO DE 2012</a>	Dispõe sobre requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde e dá outras providências. Art. 3º Este Regulamento se aplica aos Centros de Material e Esterilização - CME dos serviços de saúde públicos e privados, civis e militares, e às empresas processadoras envolvidas no processamento de produtos para saúde.	Apresentou algumas rotinas/normas para UTI e área de Internação, porém não troxe protocolos para cada área.
	Instrução para o funcionamento do serviço social com especificação de estrutura, normas e rotinas, definidas as áreas de abrangência, horário e equipe mínima	01 ponto	0,3	609/619	<a href="#">Política Nacional de Humanização - HumanizaSUS - Portal Gov.br</a> <a href="#">O Serviço Social em hospitais: Orientações Básicas - Cress RJ</a>	Descrever demandas dos usuários, atribuições do serviço social nas unidades e recursos materiais e humanos necessários.	Apresenta na página 616 atribuições que não são específicas ao se
	Instrução para o funcionamento da equipe multiprofissional com especificação de normas e rotinas, área de abrangência, horário e equipe mínima	02 pontos	0,8	620 a 629	<a href="#">Portaria N° 3.390, de 30 de dezembro de 2013 - Ministério da Sa de</a> <a href="#">Portaria n° 2.436, de 21 de setembro de 2017 - Ministério da Sa de</a>		Não atendeu ao item em sua totalidade, pois não abordou abrangencia, nem horario e equipe mínima para a maioria das especialidades citadas, também não contemplou em nenhum aspecto Terapia Ocupacional e Farmacia.
FA.3.5 Implementação e Funcionamento de outros Serviços	Normas para o funcionamento do serviço de Administração Geral com especificação de estrutura, normas e rotinas, horário e equipe mínima	02 pontos	1	Pags 630 a 640, pags 480 a 485.	<a href="#">Dimensionamento na administração pública federal</a>	Utilizar modelos qualitativos e quantitativos para o dimensionamento, considerando: a movimentação de pessoal a partir da estimativa do quadro ótimo de pessoal para as diversas unidades de trabalho ou entregas e resultados de um órgão público; subsidiar a necessidade de formulação e entrega de programas e ações de capacitação e desenvolvimento, servindo os resultados do dimensionamento de contraste para as solicitações deeventos instrucionais por parte dos servidores e gestores; completar o processo de gestão do desempenho eminentemente assentado na perspectiva comportamental, podendo os resultados do dimensionamentoser usados como contraste para mitigar vieses de resposta naquela avaliação ou como complemento para a composição de um escore ampliado de avaliação; prover insumos para a elaboração de programas de saúde e segurança dos colaboradores.	Apresentado às pags 630 a 640 item Normas para o funcionamento do serviço de Administração Geral com especificação de estrutura, normas e rotinas, horário e equipe mínima o esboço das atividades de Administração e não propriamente um manual, juntamente com as de Assistencia , com horario e equipe mínima apenas com o Diretor administrativo, gerente administrativo e de enfermagem. No volume 2 apresentado anexo às pags 480 a 485 onde podemos encontrar o dimensionamento da equipe.
	Apresentação da padronização de medicamentos e materiais médicos hospitalares	02 pontos	1,8	641 a 663	Portaria N° 35, de 14 de janeiro de 1986, do Ministério da Educação, que determina a criação de Comissão de Padronização de Medicamentos nos Hospitais de Ensino <a href="#">RENAME</a>	Avaliar projeto se houver ou metodologia de padronização	Documentação não elencou, para a padronização de medicamentos e material médicos, áreas envolvidas, metodologia com critérios para definição de embalagem e apresentação de critérios pra reposição (no caso de material médico) e nem documentação técnica necessária. Foi apresentado lista de medicamentos e material médico.

					<a href="#">Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas-PCDT / MS</a>		
	Apresentação de critérios para a contratação de terceiros para os serviços de limpeza, vigilância e manutenção predial	02 pontos	1	664 a 678	<a href="#">Instrução Normativa Serviços Reestruturação do modelo de contratação de serviços terceirizados</a>	Apresenta os critérios jurídicos, para a contratação de terceiros para os serviços de limpeza, vigilância e manutenção predial	Os critérios para a contratação de terceiros para os serviços de limpeza, vigilância e manutenção predial foram apresentadas de forma generalizada, abordando questões administrativas, sem descrever os critérios específicos para cada serviço terceirizado, considerando ambiente hospitalar, a exemplo: critérios qto a segurança dos funcionários em relação a atividade executada, materiais utilizados, condições de monitoramento para cada serviço e documentação específica exigida.
FA.3.6 Política de Recursos Humanos	Apresentação de projeto de desenvolvimento humano com pesquisa periódica de clima organizacional e definição de uso das informações	03 pontos	0,5	Pags 678 a	<a href="#">Manual Brasileiro de Acreditação, subseção 1.5, número 9</a>	Constitui um processo de diagnóstico dos aspectos que possam impactar a satisfação dos profissionais quanto ao ambiente interno da organização, planejamento e implementação de iniciativas de melhorias. As dimensões de pesquisa e análise incluem: liderança, relacionamento interpessoal, trabalho em equipe, comunicação, gestão organizacional, práticas de gestão de pessoas, qualidade de vida, segurança, dentre outras, contemplando: Planos de ação voltados às iniciativas de melhoria. Fóruns de discussão de ações de intervenção. Campanhas de comunicação interna para estimular a participação e para apresentação dos resultados.	<a href="#">Apresentou no item Apresentação de projeto de desenvolvimento humano com pesquisa periódica de clima organizacional e definição de uso das informações, apenas um texto não metodologia nem definição de uso das informações da pesquisa.</a>
	Apresentação de plano de cargos e salários	03 pontos	2,5	Pags 725 a	<a href="https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/empresas-estatais-federais/publicacoes/arquivos/plano-de-cargos-e-salarios-e-plano-de-funcoes-diretrizes-e-orientacoes.pdf">https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/empresas-estatais-federais/publicacoes/arquivos/plano-de-cargos-e-salarios-e-plano-de-funcoes-diretrizes-e-orientacoes.pdf</a>	Apresentar projeto/proposta	<a href="#">Apresentado as pags 725 a 1005 um excelente plano de cargos e competencias</a>
	Proposta para estabelecimento de Normas para Seleção de Pessoal, Contrato de Trabalho e Avaliação de Desempenho, sugestão de condutas para combater absenteísmo dos profissionais e estimular produção.	03 pontos	2	Pags 686 a 704	<a href="#">Manual Brasileiro de Acreditação, subseção 1.5, número 3</a>	Consiste em estabelecer as etapas e os critérios para os processos de recrutamento, seleção e desligamento dos profissionais. O processo de recrutamento e seleção deve assegurar competências alinhadas às necessidades da organização e às especificidades dos cargos e definir os requisitos qualitativos/pessoais para o exercício da função	<a href="#">Apresentado às pags 686 a 704 no item Proposta para estabelecimento de Normas para Seleção de Pessoal, Contrato de Trabalho e Avaliação de Desempenho, sugestão de condutas para combater absenteísmo dos profissionais e estimular produção, uma metodologia própria para avaliação do desempenho da organização. Não identificada a conduta em relação ao absenteísmo.</a>
	Registro e controle de pessoal e modelo para escalas de trabalho e apresentação de critérios para casos de afastamentos (férias e licenças)	01 ponto	1	Pags 705 a 715	<a href="#">Planejamento Estratégico de acordo com a ISO 9001:2015</a>	Definição e elaboração de um Planejamento Estratégico para a organização	<a href="#">Apresentado às pags 705 a 715 o item Registro e controle de pessoal e modelo para escalas de trabalho e apresentação de critérios para casos de afastamentos (férias e licenças).</a>

FA.3.7 Metodologia de Projetos	Proposta de trabalho com adequado planejamento, visão de futuro, cronogramas de execução, custos estimados e resultados factíveis.	02 pontos	2	pags 472 a 488,	<a href="#"><u>PORTARIA Nº 936, DE 27 DE ABRIL DE 2011</u></a> <a href="#"><u>Dispõe sobre as regras e critérios para</u></a> <a href="#"><u>apresentação, monitoramento, acompanhamento</u></a> <a href="#"><u>e avaliação de projetos do Programa de Apoio ao</u></a> <a href="#"><u>Desenvolvimento Institucional do Sistema Único</u></a> <a href="#"><u>de Saúde (PROADI-SUS)</u></a>	Dispõe sobre as regras e critérios para apresentação, monitoramento, acompanhamento e avaliação de projetos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (PROADI-SUS).	<a href="#"><u>Apresentado no volume 2, pags 472 a 488, os anexos relativos as</u></a> <a href="#"><u>planilhas de custos das diversos processos: tempo medio de</u></a> <a href="#"><u>permanencia e taxa de ocupação, saídas hospitalares, cirurgias</u></a> <a href="#"><u>eletivas, atendimento ambulatorial, planilha de despesas mensais.</u></a> <a href="#"><u>Da pag 08 às pags 43, do volume 1, aborda o modelo de gestão</u></a> <a href="#"><u>baseada no compliance, segurança do paciente, identidade</u></a> <a href="#"><u>Institucional e plano de trabalho bem definido às pags 46 e 47</u></a> <a href="#"><u>bem definida.</u></a>
TOTAL DE PONTOS FA.3:			43,85				